



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão ambiental.

A EXPROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS NO AMBIENTE COSTEIRO NORDESTINO: O CASO DO CUMBE/CE

Andréa Lima da Silva¹

Resumo: O texto apresentado nessa comunicação é parte constitutiva dos resultados da pesquisa que se inicia no doutorado e que permanece como processo investigativo do Pós-Doutorado no momento atual. O nosso estudo analisa o processo de degradação socioambiental como expressão da produção destrutiva do capital considerando o cultivo de camarão em cativeiro (Carcinicultura) que expropriou o território das populações tradicionais litorâneas e representou a negação de direitos socioambientais desta referida população, como ocorreu na comunidade do Cumbe-CE.

Palavras-chave: questão socioambiental; carcinicultura; populações tradicionais; produção destrutiva

Abstract: The text presented in this communication is a constituent part of the results of the research that begins in the doctorate and remains as a post-doctoral research process in the current moment. Our study analyzes the process of socioenvironmental degradation as an expression of the destructive production of capital considering the cultivation of shrimp in captivity (Carciniculture), which expropriated the territory of traditional coastal populations and represented the denial of social and environmental rights of this population, as occurred in the community of Cumbe-CE.

Keywords: socio-environmental issue; shrimp; traditional populations; destructive production

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa científica tem uma objetividade, e, no âmbito da teoria crítica, o seu método nos coloca na busca para análise do real e de suas determinações para superar simplificações e embustes. Assim, como bem lembra Antunes (2006), só podemos ter uma análise, ainda que de modo preliminar, do processo de reestruturação produtiva do capital e de seus efeitos no Brasil contemporâneo, a partir de pesquisas concretas e de uma visão crítica acerca destes processos que continuam em constantes mutações.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: < dealima18@gmail.com >

As transformações ocorridas na base produtiva da economia acompanhada pela mundialização, transnacionalização e financeirização do capital imprimiu uma “nova” sociabilidade, tanto na totalidade da vida social, como na microsfera do cotidiano, pois “a vida cotidiana está no centro do acontecer histórico” (HELLER, 1989, p. 20).

Assim, nossos estudos se processam em meio o desenvolvimento da criação de camarão em cativeiro no litoral nordestino e os rebatimentos dessa atividade produtiva (que degrada o meio ambiente") na vida e no trabalho das populações tradicionais.

Este artigo é parte da pesquisa que se inicia no doutorado e que continua como processo de investigação permanente no pós-doutorado. Iniciamos esta pesquisa sem saber muito do mar ou quase nada, sem saber o que este bioma pode nos prover, (re)produzir e nos envolver. O fato é que sabemos muito pouco, principalmente quando nos propomos analisar o intercâmbio do mar com a população que (sobre)vive de sua subsistência. Ou seja, pouco conhecemos das relações sociais que se inserem os/as trabalhadores/as do mar que mediados pelo trabalho realizam o que Marx denominou de “metabolismo social”.

É neste contexto que analisamos a imbricada relação “intercâmbio do mar” com a “população que (sobre)vive de sua subsistência”. E, para tal, importa reforçarmos que a exploração do capital expõe no momento contemporâneo a sua face destrutiva da natureza de forma mais explícita e estrutural.

O “tempo e o espaço” da exploração do capital para fins de acumulação é vasto: da expropriação e transformação da terra em mercadoria à coisificação do próprio ser humano; do assalariamento dos/as trabalhadores até a sua exaustão nos chãos de fábricas aos territórios da natureza coisificado pela lógica da acumulação. Nesta sociabilidade capitalista em que tudo vira mercadoria nos deparamos com um outro “chão” expropriado e transformado pelo capital em produto mercantilizado: o mar e seus/suas trabalhadores/as.

Ao adentrarmos nas particularidades e no cotidiano que imprime as condições sociais, econômicas, políticas e culturais das populações tradicionais que vivem do ambiente marinho. (pescadores artesanais; marisqueiras e

catadores de caranguejos) vem como referência à obra de Victor Hugo (1802-1885), *Os trabalhadores do mar*.

O livro tem por ambiência a Ilha de Guernesey, na Normandia (Canal da Mancha), local onde Victor Hugo se expatriou. Ainda que o conteúdo tenha como narrativa “as coisas do coração”, o mesmo está emoldurado pelo embate do homem contra as forças da natureza, descrevendo com metáforas as formas de transformação da sociabilidade da vida do pequeno povo do mar da velha Normandia, no início do século XIX. Reproduzo aqui a apresentação feita por Machado de Assis, tradutor desta obra, que brilhantemente sintetiza as profundezas do que Victor Hugo (2002) estava buscando quando escreveu *Os Trabalhadores do Mar*²:

a religião, a sociedade, a natureza: tais são as três lutas do homem. Estas três lutas são ao mesmo tempo as suas três necessidades; precisa crer, daí o templo; precisa criar, daí a cidade; precisa viver, daí a charrua e o navio. Mas há três guerras nestas três soluções. Sai de todas a misteriosa dificuldade da vida. O homem tem de lutar com o obstáculo sob a forma superstição, sob a forma preconceito e sob a forma elemento. Tríplice ananke* pesa sobre nós, o ananke dos dogmas, o ananke das leis, o ananke das coisas. Na Notre-Dame de Paris, o autor denunciou o primeiro; nos Miseráveis, mostrou o segundo; neste livro indica o terceiro. A estas três fatalidades que envolvem o homem, junta-se a fatalidade interior, o ananke supremo, o coração humano". **ananke* = *fatalidade em grego*.

Nesta obra, Victor Hugo sintetiza as lutas dos/as homens e mulheres³, as lutas das suas necessidades – crer, criar e viver. E, para além de ser uma “fatalidade” é antes de tudo uma construção histórica que arquiteta a contraditória relação do capital e do trabalho.

Desse modo, podemos afirmar que a lógica da produção destrutiva do capital no âmbito da degradação do meio ambiente incide visceralmente no cotidiano da população que vive no e do ambiente marinho. Na microesfera do cotidiano é que se experimenta a fragmentação do território e a insegurança alimentar. É nesta seara que se vivencia os rebatimentos provocados pelas transformações substanciais na esfera do trabalho a partir do produtivismo.

² Publicado originalmente como "Os Trabalhadores do Mar", de Victor Hugo. Tradução de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1866.

³ Grifo nosso.

É ainda no cotidiano que se tece a resistência, é lá no barracão de pescadores costurando tarrafas e organizando a lida que se constrói a luta pela melhoria das condições de vida e trabalho; é na roda de limpeza dos mariscos que mulheres combinam as reuniões na comunidade. Mesmo sabendo que essa ação de resistência não representa uma homogeneidade de pensamento e de atitudes de todos os indivíduos que compõem a comunidade, pois ela é parte da heterogeneidade que circunda o universo do cotidiano onde se desenvolvem ações de conformismo e resistência.

Os sujeitos, a depender de um conjunto de mediações econômicas, políticas e culturais, poderão se fortalecer enquanto ser genérico como também poderão se fragmentar cada vez mais a partir de seu processo de alienação e de manipulação próprio da sociabilidade capitalista: “O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade” (HELLER, 1989, p. 22).

Assim, podemos dizer que o ambiente costeiro é um lugar onde estão presentes variadas atividades produtivas – o turismo; a pesca; mariscagem; a especulação imobiliária –, todavia é, também, o lócus de convivência dos interesses das classes subalternas e do capital. É um ambiente contraditório e diverso, tenso e complexo que deve ser analisado a partir da totalidade e suas particularidades na esfera do cotidiano.

Na análise acerca da vida cotidiana, muitas vezes, o cotidiano é apreendido como expressão dos indivíduos em sua singularidade; como cenário para a resistência; para o desenvolvimento local; espaço possível para sinergias centradas no indivíduo, que por meio de sua ação coletiva será capaz de enfrentar as degradações socioambientais inerentes ao desenvolvimento desordenado das cidades. No entanto, é relevante enfatizar a complexidade da vida cotidiana numa sociabilidade que se rege pela desigualdade social (SILVA, 2003).

Assim, o cotidiano não pode ser entendido tão somente a partir da singularidade dos indivíduos e de sua capacidade de resistência. O cotidiano se reproduz em sintonia com a totalidade da vida social. Desconectá-lo da

totalidade social é desprezar as determinações sócio históricas: “[...] Não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão – somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente” (HELLER, 1989, p. 20).

A absorção de elementos intrínsecos da cotidianidade, entre eles o processo de alienação dos indivíduos, aparta a população do entendimento das determinações sociohistóricas que atravessam as suas vidas em todas as dimensões, inclusive no seu intercâmbio com a natureza mediatizado pelo trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

Neste sentido, a defesa do meio ambiente está diretamente relacionada com a estratégia de permanecer no lugar e resistir às diferentes formas de degradação que ameaçam principalmente os meios de subsistência: degradação do ecossistema costeiro; mangues, rios, assoreamento de lagoas; turismo predatório; entre outras formas de degradação. Desse modo, analisamos nas nossas pesquisas algumas comunidades do litoral nordestino, dentre elas destacamos a Comunidade do Cumbe⁴ no estado do Ceará.

Foi no município de Aracati que encontramos a maioria das fazendas de camarão no Ceará, tanto no que diz respeito a produção que representava em meados dos anos de 2000 quase 12% de todo camarão produzido no país como, também, pela extensão da área ocupada para esta atividade. Segundo Meireles e Vanini⁵ (2005), o município de Aracati possui 31,4% dos

⁴ O Cumbe também é considerado um território quilombola e luta para ser reconhecida pelo Estado. "A Comunidade Quilombola do Cumbe foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em dezembro de 2014. De maioria negra/quilombola, a comunidade é composta de 168 famílias, destas 100 se autodefinem como quilombolas, formada na sua maior parte, por pescadores/as quilombolas do mangue, agricultores/as, artesãos/ãs e demais ofícios, onde tem na relação com seu território tradicional (manguezais, carnaubais, dunas, gamboas, rio e o mar) seu principal meio de vida" Cf: <http://www.quilombodocumbe.com>. Acesso em 11/10/2017.

⁵ Relatório Síntese, GT “Carcinicultura. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados”. Relator Deputado Federal João Alfredo. Fortaleza: Câmara dos Deputados Federais, 2005.

empreendimentos de carcinicultura no Ceará e a maior parte se espraiam pela Bacia do Rio Jaguaribe.

Dentre as comunidades envolvidas e que sofrem as consequências do uso predatório da natureza que particulariza a carcinicultura, está a comunidade do Cumbe. Ainda de acordo com Meireles e Vanini (2005, p. 143):

algumas áreas como o Cumbe, em Aracati, a ocupação de áreas de mangue ocorreu intensamente e de forma quase generalizada, isso sem considerar a ocupação de áreas apicum/salgado. Desmatamento de mangue (arbóreo) recentes e de grandes proporções foram observadas durante as vistorias a esta localidade.

O Cumbe está localizado no município de Aracati, litoral leste do Ceará. São 12 quilômetros que separa a comunidade da sede do município. De acordo com um dos líderes da comunidade são quase 750 pessoas vivendo no Cumbe. O acesso ao Cumbe se dá por uma estrada carroçável que no período de chuva fica intransitável e isola toda a população devido aos alagamentos que se formam⁶.

A flora é bem representativa da vegetação litorânea nordestina que são preenchidas por coqueirais e carnaúbas. Podemos observar, também, a vegetação do ecossistema de manguezal que completa a paisagem local. Em contraste com a beleza natural, os tanques de camarão em cativeiro modificam substancialmente não só a paisagem local, mas as condições de vida e trabalho das populações tradicionais que vivem na comunidade supracitada.

Cumbe é uma palavra de origem africana e significa “quilombo”. A história de resistência da população inicia pelo nome da comunidade. As estratégias de acumulação capitalista e sua produção destrutiva imprime um caráter de exterioridade entre o indivíduo e o seu lugar por meio da apropriação do território para fins de acumulação, expropriando o/a trabalhador/a do seu trabalho, do seu habitat, do lazer, da cultura. O indivíduo foi privado do seu ambiente natural e social por vários eventos que engendraram a fragmentação

⁶ É importante informar como registro de pesquisa que tivemos muitas dificuldades de chegar até o Cumbe. Os transportes que fazem o trajeto do centro de Aracati para o Cumbe (moto-taxi; vans; táxi) se recusam a transportarem as pessoas quando chove. Perguntávamos as pessoas na cidade se não havia alternativas para se chegar a comunidade que nos informavam que poderia ser “pelas dunas, pelas areias de beirada por Canoa Quebrada”.

do seu território “específico”: o *lugar*. Os *lugares* sob a hegemonia capitalista são espaços onde habita a produção técnica e a acumulação de riquezas, mas, também, são, o lócus de realização das ações políticas dos sujeitos. A primeira constatação que se tem quando se chega ao Cumbe é a identificação nítida quanto à ausência do Estado. A outra ação instantânea refere-se à necessidade imperativa de fazermos vários questionamentos: onde está o desenvolvimento local sustentável propalado pelos empresários da carcicultura e pelo Estado - que é o maior financiador da atividade? Onde estão às estradas pavimentadas, as escolas, os empregos com carteira assinada? Onde está a melhoria da comunidade prometida pelo desenvolvimento da carcicultura?

A maioria das casas do Cumbe são simples (algumas são ainda de taipa). As ruas são de "areia batida", não tem saneamento, não tem creche, não existe linha de ônibus regular, não há praças e/ou área de lazer. Não fosse a beleza imponente das dunas e do mar poderíamos afirmar que o Cumbe seria mais uma comunidade esquecida pelo poder público igual a centenas de distritos pobres e carentes de infraestrutura, de direitos e políticas públicas existentes no país.

Mas é importante dizer que a referida comunidade resguarda uma rica e abundante natureza, porém, o mangue, o mar, os lençóis de dunas que deveriam ser de usufruto coletivo, que historicamente pertenceu a população tradicional que sobrevive do manejo desses ecossistemas foram expropriados para o uso privado, que, sob a lógica do capital, ocorre a transmutação do espaço de valor de uso para valor de troca, que faz de um determinado “pedaço” uma valiosa mercadoria para fins de acumulação. Primeiramente pela carcicultura e recentemente (a partir de 2008) pela “indústria limpa” dos parques eólicos.

O Cumbe e sua população sofrem o processo constante e intenso de degradação socioambiental que provocou entre outras consequências: conflito socioambientais pelo acesso ao território, insegurança alimentar, inserção precarizada na atividade produtiva da carcicultura, entre outros.

Faz-se necessário reiterar que o Cumbe é composto, em sua maioria, por uma população tradicional que luta cotidianamente pelo seu território e contra

a violação dos seus direitos, porém, os conflitos socioambientais nesta comunidade ficaram mais evidentes a partir da década de 1990 com a chegada da carcinicultura e a partir de 2009 com a instalação dos parques eólicos.

Desse modo, tornar-se-á importante retomar o debate acerca dos conflitos socioambientais que incidem diretamente nas condições de vida e de trabalho das populações tradicionais que vivem no Cumbe. Para Acselrad (2004, p.26), os conflitos ambientais correspondem:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

O Cumbe, neste sentido, está solapado por inúmeros projetos produtivos que impactam de forma destrutiva o meio ambiente com a anuência do Estado, a exemplo da carcinicultura. No mapa dos conflitos socioambientais, os grupos populacionais mais atingidos são: agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, marisqueiras, pescadores artesanais, quebradeiras de cocô, caiçaras, trabalhadores rurais sem-terra, entre outros.

Os conflitos socioambientais, são, sobretudo, disputas por território e pelo uso da natureza e constitutivos da luta de classe. O acirramento da questão socioambiental provocou uma atualização na análise acerca do processo de expansão do capital mediante sua crise que lança estratégias para fins de acumulação que são predatórias para o gênero humano e a natureza. Tais estratégias são (re)inventadas, dentre elas, a chamada espoliação capitalista que no Cumbe se revela na expropriação do espaço. De acordo com Harvey (2004, p. 121):

a expulsão de população camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O

agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual).

O processo de expropriação socioespacial consiste em uma estratégia de mercantilizar a natureza e reorganizar o espaço para a produção capitalista, o que imprime transformações radicais no modo de vida das populações tradicionais.

Desse modo, podemos dizer que a história das expropriações capitalistas no Cumbe que presenciamos no momento contemporâneo é constitutivo do processo histórico que se iniciou a partir da acumulação primitiva e conseqüentemente da privatização da terra e do alijamento dos/as camponeses/as dos seus territórios e que se (re)inicia violentamente no tempo presente por meio da acumulação por espoliação que conta com o apoio decisivo do Estado para este fim (HARVEY, 2004).

A história do Cumbe, da sua população, de suas lutas e tragédias se repetem e não é a única comunidade do litoral cearense a enfrentar a violência da ofensiva do capital através de novos mecanismos para expropriar os meios de subsistência, de cultura, identidades, dos recursos naturais das populações tradicionais que vivem do ecossistema marinho.

A carcinicultura deixou um rastro de destruição na comunidade supracitada: desmatamento do manguezal; da mata ciliar e do carnaubal; contaminação da água por efluentes dos viveiros; salinização do aquífero; redução de habitats de numerosas espécies e diminuição da biodiversidade; extinção de áreas tradicionalmente utilizadas para a mariscagem; pesca e captura de caranguejos; expulsão de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho.

O dia-a-dia da comunidade do Cumbe revela a vida dura que se desenrola em meio a paisagem exuberante do litoral. São trabalhos exaustivos, que têm uma maior incidência no verão, caracterizado, também, por extensa jornada, em que os/as trabalhadores/as em sua maioria, são desprovidos dos direitos trabalhistas e sobrevivem com uma renda mensal insuficiente. No auge

da produção de camarão nos anos 2000, a poluição por Metabissulfito⁷ causou a mortandade dos caranguejos e mariscos, e catadores e marisqueiras ficaram quase três anos sem ter o que “catar”. Assim, houve uma diminuição drástica na renda familiar das populações tradicionais, mesmo tendo algumas famílias cadastradas nos programas sociais do governo federal, como Bolsa Escola e Fome Zero.

Nesta comunidade, uma das marcas mais significativas da sociedade capitalista, se evidencia de maneira explícita nas inúmeras cercas que delimitam as fazendas de camarão e áreas de uso comuns “expropriadas” pelos carcinicultores. Cercas que destoam da paisagem natural e representam concretamente o impedimento da população ao meio ambiente. Na nossa pesquisa tivemos vários relatos sobre o “cercamento” do território. Um catador de caranguejo nos contou que um carcinicultor demarcou uma área como de sua propriedade que incluía parte do terreno em que se localiza o cemitério da comunidade impedindo à população de entrar na área demarcada. O que gerou uma revolta e uma ação de resistência da população, que derrubou a cerca para liberar o acesso ao cemitério. Há também relatos de outros cercamentos que impedem até o uso do manguezal.

Assim, a destruição dos ecossistemas costeiros por vários empreendimentos predatórios como a carcinicultura e a privatização do seu espaço, ameaçam o modo de vida das populações tradicionais que causa o que Alier (2007) definiu como a “catástrofe dos cercamentos” ao se referir à implantação dos viveiros de camarão em áreas de manguezais. O “cercamento” nada mais é do que privar um determinado território de uso comum (como o mar e o mangue) para fins de uso privado. Alier (2007, p. 120) analisa que

os manguezais são habitados por uma população pobre que vive de modo sustentável em meio a essa vegetação ou próxima a ela, coletando, consumindo e vendendo caranguejos e conchas, além de

⁷ O metabissulfito é um agente oxidante utilizado na conservação dos camarões quando eles são retirados dos viveiros e prontos para comercialização, este processo é denominado de “Despesca”. Trabalhar na despesca do camarão além da inserção precária apresenta um grave risco à saúde do/a trabalhador/a. Há registros no mundo inteiro de trabalhadores que morreram por asfixia ao manipular o metabissulfito nas fazendas de camarão. No Brasil, o relatório do GT da Câmara Federal sobre carcinicultura apresenta registro de mortes na Delegacia Regional do Trabalho – Ceará, decorrentes da contaminação por esse produto (Meiros, 2005).

pescar, empregando a madeira dos mangues para produzir carvão e consumi-la como material de construção. Os mangues são geralmente terras públicas por estarem localizados na zona de marés. No entanto, os governos outorgam concessões privadas para o cultivo de camarão, provocando o cercamento dessas áreas e sua apropriação pelos camaroneiros. Isso acontece, apesar da existência de leis ambientais específicas e de decisões judiciais que protegem os mangues, considerados ecossistemas valiosos.

As populações tradicionais vivem “ilhadas”, “cercadas” e expropriadas no seu próprio habitat. Sem respostas efetivas do Estado para suas demandas, privadas do usufruto da natureza que deveria ser um bem coletivo, são impedidas de realizar o próprio trabalho que, apesar de todas as contradições existentes, é por meio dessa atividade que constroem suas condições materiais e subjetivas de vida. A sua cultura, tradições, a vida em comunidade, se desenvolve a partir dessa relação simbiótica entre a natureza e o trabalho.

A tragédia dos cercamentos (ALIER, 2007) é tomada na nossa análise como produto da desigualdade socioespacial, do acirramento da questão socioambiental e como mecanismo de (re)expropriação capitalista que continua expulsando e separando a classe trabalhadora da terra, da natureza em sua totalidade no momento da crise estrutural do capital.

O processo de degradação do meio ambiente provocado substancialmente pela carcinicultura no Cumbe e os novos empreendimentos do capital na região (como os parques eólicos e o turismo predatório), impulsionou a luta e organização política da comunidade em torno da preservação e usufruto do ecossistema costeiro para sua própria sobrevivência. Podemos afirmar que existe um processo de luta e resistência muito forte e atuante na comunidade.

A organização política da comunidade não é tarefa fácil, pois se constrói na aridez de uma realidade prenhe de retrocessos no âmbito dos direitos das populações tradicionais, frente as estratégias de acumulação capitalista que conta com o Estado para realização de empreendimentos predatórios no litoral cearense e, também, e se desenvolve no palco da imediatividade, da urgência em garantir o sustento familiar.

As resistências acontecem no imediatismo do cotidiano que necessita de resposta rápidas para sujeitos políticos ainda imersos num processo de

alienação do seu trabalho e de sua identidade como classe trabalhadora. Para Konder (2002, p. 241),

o campo da cotidianidade, em seu conservadorismo básico, constitui um desafio essencial para os que se empenham em promover transformações históricas revolucionárias. A maior dificuldade está não em reconhecer a existência das limitações conservadoras da consciência cotidiana, mas em saber encaminhar as mudanças mais profundas que puderem ser realizadas, distinguindo, no plano da reflexão e da consciência crítica, entre o que a ação deve conservar e o que ela precisa, efetivamente, superar.

Assim, observamos na vida cotidiana no Cumbe, uma ausência do Estado em relação as políticas sociais, impedindo a população de acessá-las. Falta investimentos infraestruturais tanto da Prefeitura de Aracati como dos carcinicultores que prometeram desenvolvimento local sustentável para a comunidade.

Há também uma noção de pertencimento com o lugar, os saberes tradicionais mesmo que mitigado pela falta de perspectiva em tempo de carcinicultura ainda é valorizado. O trabalho de fato é passado de geração em geração. A solidariedade, a camaradagem, “o cuidar de si e do outro” fazem parte das relações na vida comunitária do Cumbe. Estes traços intercambiais que aparecem nas comunidades costeiras ajudam na compreensão de que a luta é o melhor caminho na defesa do seu trabalho e de melhores condições de vida.

A defesa do território enquanto defesa dos próprios meios de subsistência precisa ser entendida como resistência ao processo de expropriação dos espaços para atender aos interesses de reprodução do capital no mundo inteiro, seja no Cumbe ou na Tanzânia. Ou seja, as lutas particulares dos povos tradicionais e suas demandas precisam de uma conexão com as lutas unificadas da classe trabalhadora.

3. CONCLUSÃO

Ficou evidenciado na nossa pesquisa que a carcinicultura acirrou a desigualdade social ao promover a desterritorialização das comunidades tradicionais deixando um rastro permanente de destruição da natureza. A

rentabilidade da carcinicultura propagada e patrocinada pelo Banco Mundial justificou a existência de uma atividade com este potencial destrutivo para o meio ambiente. No início dos anos 2000, a exportação de camarão em cativeiro gerou um faturamento na ordem de 10 bilhões de dólares ao ano (ALIER, p. 121), cifra esta que acelerou a construção de fazendas camaroneiras no nordeste brasileiro neste período e que continua até hoje uma intensa produção voltada especialmente para o mercado interno devido o declínio da produção voltada para exportação.

A carcinicultura no mundo inteiro retirou o direito consuetudinário das populações tradicionais de retirarem dos mangues, rios e do mar o seu sustento. O que era antes território “livre” para o manejo de baixo-impacto e de subsistência tornou-se área privatizada, e, também degradada.

Contraditoriamente, a lenta e ineficaz ação do Estado frente à degradação do meio ambiente e dilapidação da cultura dos povos tradicionais aliada ao desenvolvimento e proliferação da carcinicultura deram vazão ao movimento de luta e resistência das populações tradicionais. Lutas construídas mediante a exploração e degradação que produziu também, o elemento de resistência. Faz-se necessário afirmar que o Estado sempre foi célere para atender as demandas do capital. Todos os grandes empreendimentos da carcinicultura são licenciados, e muitas vezes recebem financiamento estatal. Para Mézáros (2002, p. 122):

[...] o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado. Como fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital (sua “tirania nos locais de trabalho” não apenas sob o capitalismo, mas também sob o sistema do capital de tipo soviético), o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação.

Assim, ao analisar a degradação do meio ambiente em face da produção destrutiva do capital no litoral nordestino não foi somente se deparar com inúmeros impactos na natureza, a exemplo da erosão; do desaparecimento de espécies; assoreamento dos rios e lagoas; da desertificação entre outros, foi,

sobretudo, encontrar uma região com intenso conflito socioambiental para uso e defesa do território comum: a natureza.

Ao particularizar a produção de camarão em cativeiro como atividade produtiva destrutiva, podemos aferir, à luz de Marx no 18 de Brumário (2011), que “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. As promessas do empresariado da carcinicultura de geração de emprego e renda; desenvolvimento local sustentável e melhoria das condições de vida da população se revelaram como farça: os/as trabalhadores/as quando eram contratados/as nas fazendas de camarão tinham uma inserção precária, temporária e baixa remuneração. A tragédia começa pela destruição do ecossistema de manguezal e se efetiva em uma escala crescente de destruição ambiental que inside na vida social, exaurindo o indivíduo e a natureza. Desse modo, podemos dizer que a tragédia e a farça se combinam nos territórios degradados pela carcinicultura.

Na esteira da conclusão da nossa pesquisa, ficou evidente que o modo de vida e de trabalho das populações tradicionais que vivem nos territórios dominados pela carcinicultura foram drasticamente modificados, reorganizados, a partir da reapropriação dos espaços pelo capital. Há uma nova configuração e organização do território que interfere na sua ocupação. Quanto mais o capital tecnifica, especializa o uso do território, expropria a terra do/a trabalhador/ora e impõe uma “nova” divisão territorial do trabalho aumenta as perdas materiais e subjetivas para as populações tradicionais.

Analisar as condições de vida e trabalho das populações tradicionais revelou mais do que resistência, nos mostrou o sentido da luta e da construção da identidade no território vivido; do metabolismo real e significativo entre sujeito e natureza; das suas respostas imediatas e urgentes num contexto de crise estrutural e evidenciam, sobretudo, a aridez da realidade em que vivem. E neste sentido é preciso direcionar a luta de todos/as trabalhadores da terra, do mar, das fábricas para uma luta de fato emancipatória buscando uma alternativa ao capital.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; PADUA, J. A.; HERCULANO, S. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HUGO, Victor. **Os Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARX, Karl. **O capital**. Vol 1, livro 1, tomo 1, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MEIRELES, J.; VANINI, S. **Relatório Síntese**, GT – Carcinicultura. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, Relator Deputado Federal João Alfredo. Fortaleza: Câmara dos Deputados Federais, 2005.
- MEIRELLES, Jeová; QUEIROZ, Luciana de Souza. **Certificação da carcinicultura no Brasil: o manto verde da destruição**, 2007. Disponível em: <www.vivamanguezal.org.br>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.